

ABRIL 2023

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Vítor Virgínia

MEMBRO DA DIRECÇÃO DA APIFARMA E
DIRECTOR-GERAL DA MSD PORTUGAL

Índice

EDITORIAL _____ **03**

À CONVERSA COM... _____ **04**

Vítor Virgínia, membro da Direcção da APIFARMA e Director-Geral da MSD Portugal

DESTAQUE _____ **10**

NOTÍCIAS _____ **14**

PODCAST _____ **20**

ENTREVISTA _____ **21**

OPINIÃO _____ **22**

LEGISLAÇÃO _____ **23**

PHARMA EM NÚMEROS _____ **24**

Todas as vidas contam

Cada dose conta para estarmos protegidos! Esta é uma das reflexões propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a Semana Europeia da Vacinação de 2023 e que nos convida a reflectir sobre o valor que cada dose de vacina (recomendada) tem para as nossas vidas.

Os últimos anos têm reforçado a importância da vacinação como uma das formas mais eficazes no combate a doenças transmissíveis. As vacinas têm permitido eliminar e até erradicar doenças que, ao longo de séculos, foram a razão da interrupção de demasiadas vidas, principalmente na infância.

Para este resultado, importa destacar o Programa Nacional de Vacinação, que tem sido uma história de sucesso em Portugal, assumindo-se como uma estratégia que, durante os seus quase 58 anos de existência, conquistou inestimáveis ganhos em saúde, instituindo-se como uma referência a nível internacional.

Adicionalmente, as lições aprendidas no decorrer do processo de vacinação contra a COVID-19 são extremamente relevantes para o futuro da vacinação. Entre estas, destaca-se a importância de quatro temas: a confiança na vacinação, a digitalização, a qualidade da informação e dos dados para a tomada de decisão, e as redes colaborativas no contexto nacional e internacional.

Relativamente à importância da confiança na vacinação, reconhece-se que a nível global existem cada vez mais comportamentos de hesitação na vacinação, amplificados pela vasta desinformação que surgiu durante a pandemia. Esta tem sido considerada pela OMS como uma das dez maiores ameaças para a saúde pública, podendo impactar a cobertura vacinal que tem vindo a ser alcançada ao longo de décadas, deixando os cidadãos mais vulneráveis à reemergência de doenças que até agora estavam controladas.

Adicionalmente, a digitalização do processo de vacinação permitiu não só utilizar a tecnologia para o processo de convocatória e agendamento, tornando-o mais rápido e eficiente, bem como monitorizar em tempo real o estado vacinal da população em diferentes contextos e regiões do país.

O investimento na qualidade da informação e da evidência como um esforço internacional permitiu a rápida descoberta de vacinas e geração de evidência para a tomada de decisão com base na melhor informação disponível a cada momento. Um ponto que vem reforçar a importância das redes colaborativas a nível nacional e internacional.

Acresce que o sucesso da vacinação em Portugal deve-se ao investimento, resiliência e compromisso dos diversos parceiros — desde o cidadão, aos profissionais de saúde, aos serviços de saúde, à indústria farmacêutica, à academia, às instituições e aos decisores políticos que, num esforço conjunto, têm contribuído nas suas diferentes áreas de actuação.

Em conclusão, o sucesso da vacinação ao longo dos anos tem sido uma prova da confiança e da resiliência dos profissionais e da população com o objectivo da protecção de todos. O investimento na vacinação nos últimos cerca de três anos, conseqüente da pandemia COVID-19, evidenciou diferentes desafios para o seu futuro.

Na Semana Europeia da Vacinação de 2023 somos convidados a abraçar este compromisso de recordar o sucesso da vacinação e de unir esforços em prol da sua continuidade. Porque mais do que cada dose, todas as vidas contam.

Vaccine-se!



| Diana Costa

Coordenadora do Núcleo
da Vacinação da DGS



*“A Indústria Farmacêutica
será sempre um parceiro
fundamental para o novo
pipeline das vacinas”*

à conversa com...

Vítor Virgínia

Os resultados do Estudo “Percepção do Valor das Vacinas” vieram confirmar o sucesso do Programa Nacional de Vacinação, considera Vítor Virgínia, membro da Direcção da APIFARMA e Director-Geral da MSD Portugal. “A cultura de vacinação já estava enraizada e, perante o contexto pandémico, foi muito reforçada”, declara nesta entrevista. Defendendo que “há todo um trabalho que deve continuar a ser feito, nomeadamente garantir o acesso alargado a novas vacinas”, afirma que a Indústria Farmacêutica se constitui como “um parceiro fundamental para o novo pipeline das vacinas”.

DADOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE INDICAM QUE A ADMINISTRAÇÃO DE VACINAS EVITA ENTRE 4 E 5 MILHÕES DE MORTES POR ANO EM TODO O MUNDO E PREVINEM INÚMERAS DOENÇAS. QUE BALANÇO FAZ DOS RESULTADOS DA VACINAÇÃO?

É amplamente difundido que as vacinas são a intervenção com mais impacto em saúde pública, a seguir à generalização da água potável. A vacinação oferece também à Humanidade a possibilidade de sobreviver, em grande escala, a doenças em tempos capazes de matar milhões de pessoas. Declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980, a erradicação da varíola é, até hoje, exemplo único na luta contra as doenças infecciosas através da vacinação.

Em Portugal temos um Programa Nacional de Vacinação (PNV) universal e gratuito, que há mais de cinco décadas protege e traz tranquilidade aos portugueses. “O PNV é, aliás, ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, provavelmente o programa de Saúde Pública mais universal e mais custo-efectivo do País” (Portaria n.º 248/2017).

Este programa permite-nos almejar o alcance de diversas metas estabelecidas, como a manutenção do controlo actual de doenças como o sarampo, a poliomielite, a difteria, a rubéola ou o tétano neonatal, ou a eliminação do cancro do colo do útero até 2030.

Citando a Direcção-Geral da Saúde (DGS), “O PNV é de todos e para todos, contribuindo para uma vida longa e saudável.”

A APIFARMA APRESENTOU O ESTUDO “PERCEÇÃO DE VALOR DAS VACINAS”, NO ÂMBITO DA SEMANA EUROPEIA DA VACINAÇÃO. ESTE ESTUDO FOI REALIZADO PELA PRIMEIRA VEZ EM 2018, QUE DIFERENÇAS APONTA QUANTO AOS MAIS RECENTES DADOS?

Os resultados do estudo realizado em 2018 e do agora apresentado são muito semelhantes e ambos valorizam bastante a vacinação.

A cultura de vacinação já estava enraizada e, perante o contexto pandémico, foi muito reforçada. Ficou fortalecido o papel das autoridades, dos decisores em saúde, da Indústria Farmacêutica e dos profissionais de saúde relativamente ao que a população pensa sobre as vacinas, sendo fundamental continuar a investir em literacia da população no que concerne à vacinação, para que as decisões daqueles que são vacinados sejam baseadas na melhor e mais cientificamente demonstrada informação.

UMA DAS CONCLUSÕES DO ESTUDO É QUE SUCESSO É A PALAVRA QUE DEFINE O PNV. QUAL O CONTRIBUTO DAS EMPRESAS FARMACÊUTICAS PARA ESTE SUCESSO?

Sucesso é efectivamente a palavra que define o PNV, na minha opinião e na opinião de 93% dos profissionais de saúde entrevistados para este estudo. A grande maioria da população portuguesa tem a vacinação em dia e este facto é ainda reforçado quando se trata de crianças e jovens, representando taxas de vacinação na ordem dos 80% na população adulta e de cerca de 95% na população infantil.

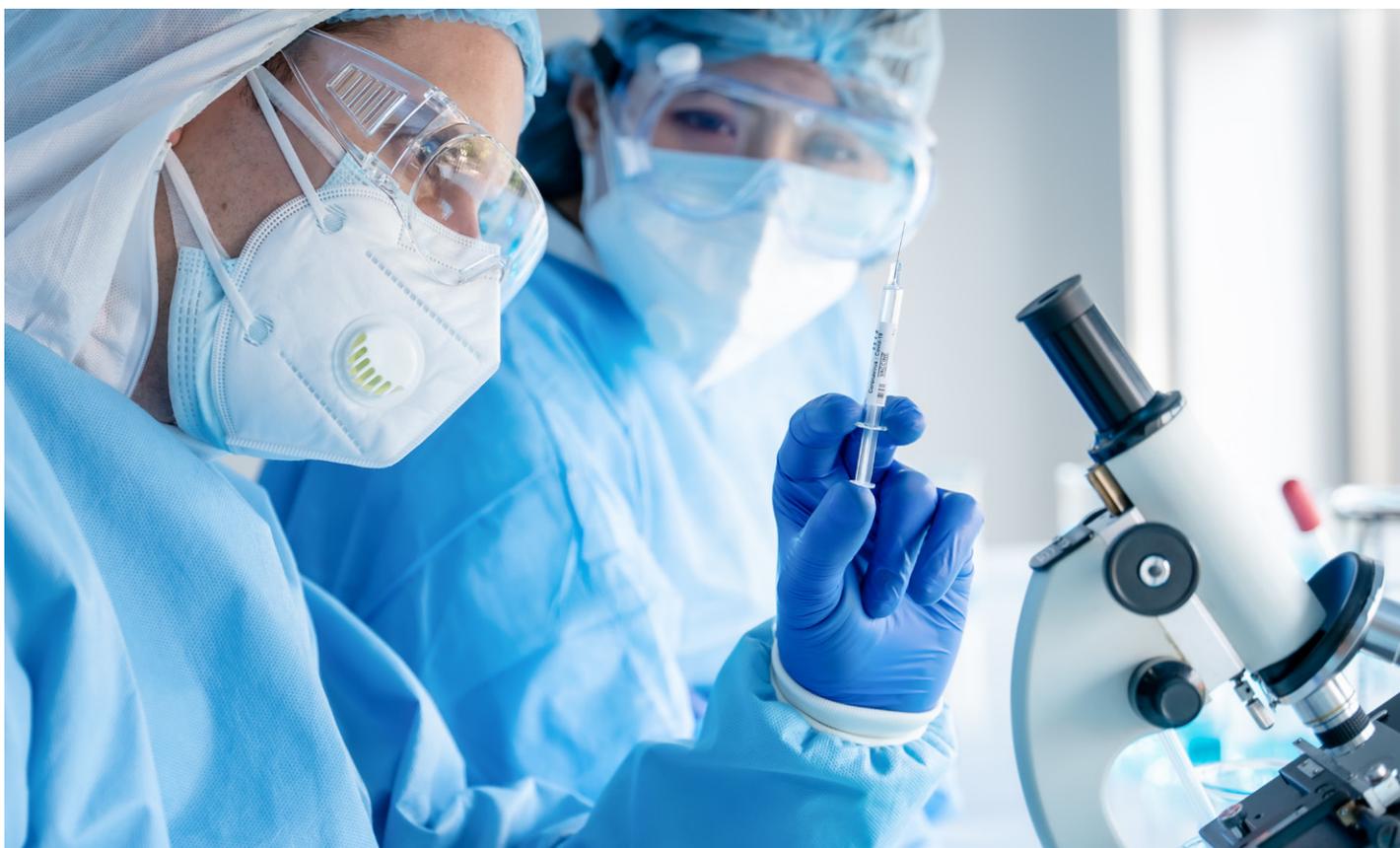
A investigação e desenvolvimento (I&D) de novas vacinas assume uma grande importância no contexto de novos desafios na área da saúde pública, como foi o caso da recente pandemia – a propósito, todos os inquiridos reconhecem a importância da investigação de novas vacinas.

Não obstante o sucesso da vacinação, há todo um trabalho que deve continuar a ser feito, nomeadamente garantir o acesso alargado a novas vacinas, que são altamente recomendadas, mas que não estão integradas no PNV e que podem não estar a ser administradas por incapacidade económica. O PNV é um pilar essencial do nosso sistema de saúde e a Indústria Farmacêutica será sempre um parceiro fundamental para o novo *pipeline* das vacinas, saiba o Estado garantir o acesso a toda a população, sob a forma de inserção no PNV ou alargamento das vacinas comparticipadas.

O PNV TEM EVOLUÍDO AO LONGO DOS ANOS, MAS, DE ACORDO COM O ESTUDO, AINDA PODERÁ SER OPTIMIZADO. COMO AVALIA ESTA PERCEÇÃO?

Apesar do sucesso do PNV, os profissionais de saúde consideram que a optimização pode ser alcançada com o





alargamento de vacinas do PNV a outros grupos populacionais, tendo sido salientadas a vacina contra a doença pneumocócica para pessoas que tenham mais de 65 anos, a vacina contra o HPV para toda a população e a vacina contra a doença meningocócica para crianças de mais faixas etárias.

Quanto à inclusão de novas vacinas, a vacina contra o rotavírus foi aquela que mais profissionais de saúde indicaram para adicionar ao PNV.

QUANTO A VACINAS FORA DO PNV, O PREÇO FOI O PRINCIPAL MOTIVO APRESENTADO PELOS MÉDICOS PARA NÃO RECOMENDAREM UMA DETERMINADA VACINA. QUE OPINIÃO TEM SOBRE ESTA QUESTÃO?

Como já referi, a seguir à água potável, as vacinas são a maior defesa da nossa vida, algo que é perfeitamente reconhecido e comprovado cientificamente. O preço das vacinas, que é definido pelas metodologias aplicadas a todas as tecnologias de saúde, assentes em rigorosas avaliações fármaco-económicas e referências internacionais, representa, de facto, o próprio valor que é reconhecido às vacinas, como demonstra o estudo apresentado. Embora 73% dos participantes tivessem apontado o preço como obstáculo, 71,1%

dos inquiridos afirma estar disponível para comprar vacinas extra PNV (se recomendadas pelo médico), o que é um forte indicador deste reconhecimento.

OS CASOS DE SARAMPO AUMENTARAM 80% A NÍVEL MUNDIAL E A OMS E A UNICEF ALERTARAM PARA A POSSIBILIDADE DE UM SURTO GLOBAL. COMO É POSSÍVEL EVITÁ-LO?

O aumento dos casos de sarampo, que se verificou entre Janeiro e Fevereiro de 2022, é sem dúvida um sinal de risco acrescido de propagação de doenças preveníveis por vacinação e possibilidade de surtos, particularmente de sarampo, tal como mencionado pela OMS e UNICEF. As perturbações relacionadas com a pandemia da COVID-19, as desigualdades crescentes no acesso às vacinas e o desvio de recursos estão a deixar um número crescente de crianças sem protecção contra o sarampo e outras doenças preveníveis por vacinação. Em 2020, 23 milhões de crianças não foram vacinadas — o número mais elevado desde 2009. Uma vez que o sarampo é altamente contagioso, os casos tendem a aparecer rapidamente quando os níveis de vacinação diminuem, para além do impacto directo – que pode ser letal – o vírus do sarampo também deixa o sistema imunitário enfraquecido e torna as crianças mais vulneráveis a outras doenças infecciosas. A maioria dos casos

ocorrem em cenários onde existem dificuldades sociais e económicas, conflitos ou outras crises, e existem infraestruturas no sistema de saúde cronicamente insuficientes. Tal como disse Catherine Russell, Directora Executiva da UNICEF: "O sarampo é mais do que uma doença perigosa e potencialmente mortal. É também uma indicação precoce de que existem lacunas na nossa cobertura global de vacinação, lacunas que as crianças vulneráveis não podem pagar". De modo a minimizar o risco de surtos e o número de casos de sarampo, é crucial garantir elevadas taxas de cobertura vacinal (>95%), restabelecendo os serviços e campanhas de vacinação para que os países possam realizar com segurança programas de vacinação, sensibilizando os profissionais de saúde e população em geral para a importância da vacinação, identificando a população por vacinar e efectuando o reagendamento para a vacinação em falta, e garantindo um maior acesso de forma global à vacinação.

HAVERIA VANTAGENS NUMA MAIOR APOSTA NA LITERACIA EM SAÚDE E ESPECIFICAMENTE NA ÁREA DA VACINAÇÃO?

Apostar em literacia em Saúde não só é desejável como deverá ser encarado como um dever. Na área das doenças preveníveis por vacinação, onde o uso extenso de vacinas tem levado ao desejado desaparecimento de doenças, é de extrema importância que a população em geral entenda que o controle das doenças depende de coberturas vacinais elevadas, pois qualquer hesitação que surja por parte da população pode levar a que vírus que pareciam já inexistentes voltem a circular e a provocar doença.

Tal como os agentes que provocam doenças, também as vacinas são diferentes. Se com algumas vacinas podemos aspirar à eliminação das doenças para as quais protegem, noutras o seu maior benefício será a diminuição de manifestações graves e de mortalidade. É muito importante a população ter expectativas realistas em relação à prevenção oferecida pelas vacinas, pois esta é uma forma de evitar a ideia de que as vacinas não funcionam.

Nesta comunicação à população, o profissional de saúde tem um papel a desempenhar, quer seja no aconselhamento personalizado das vacinas mais indicadas em populações específicas, ou seja, para abordar e/ou esclarecer dúvidas e receios legítimos que surjam, fruto da elevada exposição à muita desinformação que existe disponível à distância de um clique. Cabe à Indústria Farmacêutica desenvolver e



disponibilizar conteúdos de referência que possam ser acedidos e usados, quer pela população quer pelos profissionais de saúde.

A IMUNIZAÇÃO GANHOU UM GRANDE RELEVO COM O DESENVOLVIMENTO, EM TEMPO RECORDE, DE VACINAS CONTRA O SARS-COV-2. QUE LIÇÕES FICARAM E QUE PODEM SER ÚTEIS PARA OUTRAS VACINAS EM INVESTIGAÇÃO, COMO A VACINA CONTRA O VIH?

As vacinas contra o SARS-CoV-2 foram, de facto, determinantes para o controlo da pandemia COVID-19 e o seu desenvolvimento apenas foi possível graças a uma colaboração sem precedentes entre governos, Indústria Farmacêutica, universidades e organizações sem fins lucrativos, com o objectivo comum de preservação da saúde das populações. Aqui, a utilização de tecnologias

inovadoras foi também fundamental para esse objectivo, como as vacinas de mRNA, cuja tecnologia já se encontrava em desenvolvimento há vários anos, o que permitiu que os ensaios clínicos fossem iniciados poucos meses depois da declaração da pandemia. Os próprios desenhos dos ensaios clínicos muito contribuíram também para essa eficiência, com ensaios adaptativos, que permitiram otimizar as diferentes fases de desenvolvimento, sem contudo comprometer a avaliação do perfil de segurança das vacinas, com a participação de milhares de indivíduos em diversos países.

Esta conjugação entre colaboração e inovação é chave para o desenvolvimento de novas vacinas, sendo que, porém, não nos podemos esquecer da complexidade da infecção ou condição que se pretende prevenir pela vacinação. No caso do SARS-CoV-2, a resposta imune contra apenas uma proteína foi suficiente para proteger do vírus. Contudo, o vírus da imunodeficiência humana (VIH) é muito mais complexo e com uma alta taxa de mutação, constituindo um desafio que tem perdurado nas últimas quatro décadas. Ainda assim, estas novas tecnologias trazem novas abordagens e possibilidades para um futuro onde cada vez mais doenças possam ser prevenidas pela vacinação, reforçando-se a importância da constante investigação!

"Novas tecnologias trazem novas abordagens e possibilidades, para um futuro onde cada vez mais doenças possam ser prevenidas pela vacinação"

NO PROCESSO DE VACINAÇÃO HÁ UMA ARTICULAÇÃO DIRECTA ENTRE A DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE, O INFARMED E OS SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTAS SINERGIAS SÃO UM FACTOR CRÍTICO DE SUCESSO PARA A VACINAÇÃO EM PORTUGAL?

Sem dúvida! Apenas através de uma relação simbiótica entre estas instituições é possível obter-se o máximo benefício humanístico de intervenções tão importantes para a saúde pública como as vacinas, em particular pela natureza complementar das responsabilidades que cada uma destas entidades exerce.

A Direcção-Geral da Saúde é responsável por coordenar o planeamento e a execução do PNV, bem como pela emissão de normas, orientações e pareceres clínicos que devem reger a implementação de outras estratégias vacinais para a protecção da saúde pública e de grupos de risco, ou em circunstâncias especiais como a vacinação anual contra a gripe, a vacinação de viajantes e ainda a prescrição de vacinas baseada em critérios de protecção individual.

Para o sucesso do PNV, é necessário que as vacinas estejam disponíveis em tempo útil, sendo que os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde são responsáveis pelo processo de aquisição centralizada que permita satisfazer as necessidades das várias entidades do SNS com responsabilidade na vacinação em âmbito de PNV, articulando com as mesmas directamente ou através das diferentes Administrações Regionais de Saúde.

Por fim, o Infarmed tem responsabilidades de regulação de processos de Autorização de Introdução no Mercado, controlo sobre rupturas de stock e funções de farmacovigilância sobre todas as vacinas, incluídas ou não em âmbito de PNV, sendo ainda responsável pelo processo de avaliação de tecnologias de saúde e decisão de comparticipação no sector privado (isto é, em vacinação não abrangida pelo PNV).

Permita-me ainda mencionar que a Indústria Farmacêutica, enquanto entidade detentora da autorização de comercialização destas tecnologias de saúde, pode e deve contribuir para facilitar estas sinergias, através da partilha de informação científica robusta que permita apoiar a tomada de decisão a diversos níveis.

A INOVAÇÃO ESTÁ NO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO CLÍNICA PARA DAR MAIS E MELHOR QUALIDADE DE VIDA ÀS PESSOAS. OS PORTUGUESES ESPERAM 676 DIAS PARA UTILIZAREM NOVAS TERAPÊUTICAS, QUANDO A MÉDIA EUROPEIA É DE 504 DIAS. O ENCURTAMENTO DOS PRAZOS PARA A AVALIAÇÃO É UMA SOLUÇÃO?

Estima-se que entre 2000 e 2009 aproximadamente 73% do aumento da esperança média de vida nos países mais desenvolvidos esteja relacionada directamente com o acesso e utilização de medicamentos inovadores. O enorme impacto da inovação farmacológica é evidenciado pela forma como esta transformou o prognóstico em áreas terapêuticas de maior necessidade médica, como por exemplo na área da oncologia onde, apenas entre 1980 e 2008, a esperança média de vida aumentou em mais de três anos, sendo que os tratamentos inovadores foram responsáveis por 83% deste aumento. Mas ainda há muito que fazer e que melhorar. Segundo o relatório “W.A.I.T. (Waiting to Access Innovative Therapies) Indicator 2021” publicado pela EFPIA, a Federação Europeia de Associações e Indústrias Farmacêuticas, que analisou o acesso da população de 39 países (27 europeus e 12 não europeus) a 160 novos medicamentos que obtiveram autorização de comercialização (AIM) entre 2017 e 2020, Portugal ocupa a 31.ª posição dos 39 países avaliados, em termos do tempo médio de disponibilidade dos medicamentos inovadores. Considerando apenas os países da União Europeia incluídos no relatório, Portugal encontra-se na 21.ª posição, atrás de países como a Hungria, a Estónia, a Eslovénia ou a Letónia. Os 676 dias (em média) de espera em Portugal para o acesso à inovação está muito para lá dos 180 dias previstos na lei para resposta por parte do Infarmed aos pedidos de acesso a novas terapêuticas. Em algumas áreas estes atrasos comprometem significativamente os resultados em saúde com impactos directos na vida e qualidade de vida da população bem como um impacto social e económico futuro. Existe, portanto, o enorme desafio de conjugação de esforços no sentido de garantir a disponibilização da inovação de medicamentos a quem deles precisa de forma acelerada e equitativa. É essencial e urgente o cumprimento dos prazos definidos para que a inovação seja disponibilizada ao doente com a máxima celeridade possível e sob as melhores condições de acesso, ao mesmo tempo que permite aos pagadores, prestadores e fornecedores

“É essencial e urgente o cumprimento dos prazos definidos para que a inovação seja disponibilizada ao doente com a máxima celeridade possível”

antecipar e preparar o acesso às tecnologias introduzidas, adicionando previsibilidade na gestão e clareza ao sistema. O encontro de soluções na redução das barreiras no processo de aprovação de medicamentos e vacinas passa por reduzir a complexidade da avaliação a nível local e por garantir o seu financiamento. E também necessária a reflexão sobre o actual modelo de acesso (quase exclusivamente financeiro), baseado em quantidades consumidas a um preço acordado e fazendo evoluir o foco dos decisores da quantidade para a qualidade. Ou seja: um sistema de avaliação e financiamento que valorize o valor criado pelo acesso à inovação.





Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da APIFARMA

O novo mandato será focado nas pessoas e no desenvolvimento das empresas.

A cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da APIFARMA para o biénio 2023-2024 decorreu no Centro Cultural de Belém, a 18 de Abril, com a presença de mais de 180 pessoas.

A cerimónia de encerramento contou com a participação do Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, que no seu discurso começou por elogiar o trabalho desenvolvido pela Indústria Farmacêutica nacional, valorizando o projecto PharmaPortugal enquanto motor da economia nacional.

Reiterou, ainda, a disponibilidade do Governo em encontrar soluções de partilha de risco para um acordo para a legislatura entre o Governo e a Indústria Farmacêutica, de modo a garantir o acesso dos doentes às tecnologias de saúde (medicamentos, vacinas e dispositivos médicos). “Temos de aprofundar a relação com a Indústria para a partilha de risco”, acrescentou o Ministro da Saúde.

No seu discurso, referiu que a alteração do regime do preço dos medicamentos já tem efeitos positivos, nomeadamente com o atenuar dos constrangimentos de abastecimento no mercado. Deixou a ressalva que “há um longo caminho a percorrer em conjunto”.

Manuel Pizarro elogiou o trabalho da APIFARMA e sobretudo o do seu Presidente, João Almeida Lopes, enaltecendo as suas capacidades de negociação e de “procura de diálogo e de soluções”.

A sessão foi igualmente marcada pela intervenção do Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, que referiu que este mandato conta com as marcas de responsabilidade e de compromisso de sempre: focado nas pessoas, e no desenvolvimento das empresas.

Para o Presidente da APIFARMA, este é o tempo para “apostar na inovação e na investigação, com maior autonomia administrativa e financeira dos centros de investigação, gerando um ambiente favorável à indústria, às empresas e aos investigadores”. Ao longo do discurso, manifestou

preocupações com a Estratégia Farmacêutica Europeia, que inclui a revisão legislativa, referindo que “como está pensada representa uma ameaça para a Europa” porque, “ao invés de promover a tão necessária reindustrialização, fará do continente europeu um território ainda mais afastado da inovação, agravando e agudizando a nossa dependência externa face a outros blocos”.

O Presidente colocou a tónica nos dados do último relatório da OCDE que indicam que o investimento público em saúde, em termos de percentagem do PIB, tem sido inferior à média da União Europeia (UE). “O investimento público, em Portugal, corresponde a 70% do valor médio *per capita* investido em saúde no conjunto dos países da UE. Ainda este ano, a OCDE recomendou o reforço em 1,4% do PIB por ano em saúde para aumentar a resiliência dos sistemas nacionais. De facto, temos assistido a um crescente aumento do peso da saúde no Orçamento do Estado. No entanto, desde 2010 que o peso do investimento do SNS em medicamentos tem vindo a decrescer.”





João Almeida Lopes aproveitou a ocasião para anunciar que a recém-criada Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA recebeu o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República. Esta iniciativa da APIFARMA e do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas “permite a estudantes em situação socio-económica mais vulnerável frequentar o ensino superior para que Portugal não perca um só talento”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João de Lara Everard, lembrou que a APIFARMA se profissionalizou e evoluiu “ao longo dos anos para se tornar num parceiro indissociável no vasto domínio das questões da saúde em Portugal”. Recordou também o pioneirismo da Associação na criação de um código deontológico, em 1987, e a fundação da Valormed há cerca de 20 anos. “A APIFARMA é hoje uma estrutura altamente profissionalizada e competente, preparada para os desafios presentes e futuros”, evidenciou.

O Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Armindo Monteiro, enquanto orador convidado, evidenciou a necessidade de haver uma

“Indústria Farmacêutica forte”, “pelos ganhos em saúde de que é responsável, pela riqueza que gera, pelo emprego qualificado que garante, pelo desenvolvimento tecnológico que impulsiona e pelo peso que tem na cadeia de valor”. Sublinhou que “este é um sector altamente certificado e muito exigente, que tem permitido atrair para Portugal grandes *players* internacionais e que tem estimulado a indústria nacional”. Contudo, ressaltou que “estamos ainda longe de ser verdadeiramente competitivos”, e afirmou: “O país precisa de uma cultura de compromisso, de construção de soluções, de respeito por quem cria riqueza, acrescenta valor, gera oportunidades de emprego e concretiza os pilares do desenvolvimento local, da economia nacional e das exportações.”

Armindo Monteiro falou também da transição digital, enfatizando o facto de se continuar a “adiar a criação do Registo de Saúde Único”. A transição digital tem “o potencial de acelerar a mudança para um acesso centrado no doente, promovendo cuidados de saúde próximos e sustentáveis”, sublinhou.





Investir em inovação e colaboração contribui para sucesso do Programa Nacional de Vacinação

As vacinas são a medida preventiva da Saúde com melhor custo-benefício, em que é necessário continuar a inovar.

O investimento em inovação e a necessidade de apostar na colaboração entre todos os actores da saúde é essencial para a continuação do sucesso do Programa Nacional de Vacinação (PNV). Esta foi uma das ideias sublinhadas pelos participantes na apresentação do estudo “Percepção do Valor das Vacinas”, organizado pela APIFARMA na Fundação Oriente, a 20 de abril, no âmbito da Semana Europeia da Vacinação.

O Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, referiu durante a conferência os “novos desafios”, como o aumento da imigração e a mudança demográfica do país, para os quais é importante esta “colaboração entre instituições”, assim como o “combate à iliteracia”.

Também a Directora-Geral da Saúde, Graça Freitas, reforçou a importância de parceiros “fundamentais e incontornáveis”, como é a Indústria Farmacêutica: “Sem vacinas não há vacinação”, afirmou, referindo que é necessário “investir em desenvolvimento e em inovação”.

Inovação que se tem constituído como um elemento fundamental para melhorar a saúde pública e para proteger a população contra ameaças transfronteiriças, explicou o orador convidado, Laurent Louette, da Vaccines Europe.

Pela APIFARMA, Vítor Virgínia, sublinhou que “a Indústria Farmacêutica continuará empenhada em contribuir para mais e melhor inovação e investigação” e que está disponível para “estabelecer parcerias com os diversos organismos da Saúde”. Para o Coordenador do Grupo de Trabalho das Vacinas, estas representam a medida preventiva com “melhor custo-benefício”, porque geram poupança aos Estados. E isso é uma evidência no caso português, onde o PNV tem um papel “meritório” e com uma “cobertura nacional que poucos países têm”, concluiu o Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes.





Estudo “Percepção do Valor das Vacinas” Sucesso define PNV

Sucesso é a palavra-chave que define o Programa Nacional de Vacinação (PNV), de acordo com a opinião de mais de 93% dos profissionais de saúde, algo que é comprovado pela taxa de vacinação de 80% na população adulta e cerca de 95% na população pediátrica. Além disso, a população reconhece que o PNV tem como objectivo a prevenção de doenças, mais de 80% da população sabe a razão de ser vacinada e cerca de 95% tem conhecimento que o PNV é gratuito. Todavia, menos de 60% das pessoas sabe a quem se destina o PNV.

Estas são conclusões do Estudo “Percepção do Valor das Vacinas”, cuja apresentação decorreu no dia 20 de Abril, na Fundação Oriente. Organizado pela APIFARMA, o evento aconteceu no âmbito da Semana Europeia da Vacinação e inclui uma análise e comentários ao estudo na óptica de diversos especialistas.

Todos os participantes deste estudo reconhecem a importância para a saúde pública da investigação de novas vacinas, a protecção que as vacinas conferem e o seu contributo para a diminuição/eliminação de algumas doenças a nível mundial. Também consideram que a vacinação não é apenas importante para as crianças, mas também para os adultos.

Quanto ao nível de conhecimento sobre as vacinas que integram o PNV, o estudo demonstra que é elevado, especialmente por parte dos profissionais de saúde. Entre a população, as vacinas com maior notoriedade são as da gripe, da COVID-19, do sarampo e do tétano.

A vacinação é um factor crítico e fundamental na saúde pública e no envelhecimento saudável da população, segundo este estudo, que também indica que o custo das vacinas é a principal razão para a população não ter disponibilidade para comprar vacinas extra PNV e um dos principais motivos para

os profissionais de saúde não recomendarem vacinas extra PNV. Ainda assim, a recomendação de vacinas extra PNV faz parte da rotina dos pediatras, com taxas de aconselhamento superiores a 80%, sobretudo vacinas contra a doença meningocócica, rotavírus e gripe.

Mais de 95% dos pais de crianças e adolescentes com menos de 18 anos são da opinião que as vacinas com indicação pediátrica devem estar integradas no PNV e, apesar do custo das vacinas poder ser uma barreira, mais de 70% das pessoas deste grupo estão dispostas a pagar por vacinas extra PNV, se forem recomendadas pelo médico.

A comunicação das entidades de saúde, em especial da Direcção-Geral da Saúde (DGS), deve ter um papel muito activo para continuar a esclarecer profissionais de saúde, tentando deste modo posicionar-se também como principal fonte de informação da população, não permitindo que a desinformação ganhe espaço, refere o estudo.

Os resultados deste estudo resultam de inquéritos a profissionais de saúde e à população em geral e, de acordo com o mesmo, o PNV tem evoluído ao longo dos anos, mas na opinião dos inquiridos ainda pode ser optimizado, quer seja pelo alargamento de algumas vacinas já existentes no programa a certos grupos de pessoas, quer seja pela inclusão de novas vacinas.

A Semana Europeia da Vacinação é assinalada na última semana de Abril todos os anos com o intuito de reforçar a importância do acesso equitativo e alargado às vacinas. “Prevenir. Proteger. Vacinar” foi o slogan escolhido para 2023.

Consulte o estudo aqui.

Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA tem Alto Patrocínio do Presidente da República

A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA tem como objectivo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, concede o seu Alto Patrocínio à Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA.

Resultado de uma parceria entre a APIFARMA e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, a Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA tem como objectivo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior a alunos com reconhecido mérito académico e em situação de vulnerabilidade económica.

A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA tem uma prestação pecuniária de seis mil euros, por ano

lectivo, destinada a acompanhar o percurso escolar do estudante desde o ingresso, até à sua conclusão, numa instituição do ensino superior público universitário, em qualquer área do saber, tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em cada ano lectivo, são atribuídas dez Bolsas de Mérito APIFARMA.

A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA pode ser cumulativa com a bolsa de estudos concedida no âmbito do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES).



Com o Alto Patrocínio
de Sua Excelência

Under the High Patronage of the
President of the Portuguese Republic



O Presidente da República

APIFARMA | Revisão da Legislação Farmacêutica Europeia representa um risco para o acesso dos doentes a tratamentos inovadores na Europa

A proposta de revisão da Legislação Farmacêutica Europeia, apresentada pela Comissão Europeia a 26 de Abril, representa um risco para o acesso dos doentes a tratamentos inovadores na Europa.

Esta é a posição da APIFARMA, que alerta para o impacto significativo na actividade da Indústria Farmacêutica (IF) na Europa e em Portugal se as propostas legislativas não vierem a ser alteradas.

A APIFARMA, que representa 116 empresas da indústria portuguesa de inovação, considera que a nova Estratégia Farmacêutica Europeia, que inclui a Revisão da Legislação Farmacêutica, deve constituir uma oportunidade para promover a tão necessária reindustrialização. Assim, a Europa conseguirá ser autossuficiente, evitando e mitigando ruturas de fármacos (como as verificadas recentemente com a pandemia e com a guerra da Ucrânia) e garantirá um acesso mais rápido e equitativo a terapêuticas inovadoras.

Pelo contrário, refere a APIFARMA, a legislação agora proposta fará do continente europeu um território ainda mais afastado da inovação, agravando e agudizando a dependência externa face a outros blocos. Em vez de apostar na inovação, esta nova estratégia farmacêutica centra-se na redução do período de protecção da propriedade intelectual (de 8 para 6 anos), o que terá um efeito inibidor na atractividade da investigação, desenvolvimento e disponibilização no acesso da população a novos medicamentos.

Por outro lado, a proposta da nova legislação penaliza a indústria inovadora quando um medicamento não esteja disponível «em todos os mercados da União Europeia dois anos após a autorização de comercialização. Ora, entende a APIFARMA que dadas as especificidades de cada um dos 27 mercados de cada Estado-Membro, bem como as diferentes autoridades regulatórias de cada país, este objectivo é impossível de alcançar.

Com este pacote legislativo, ainda em discussão, a APIFARMA considera que há tempo para que, sem hesitações, se desenvolva uma estratégia robusta. A Indústria Farmacêutica Portuguesa apela, por isso, às entidades europeias e portuguesas para que defendam a manutenção da estabilidade e previsibilidade legislativas no que se refere à protecção da propriedade industrial e no apoio às medidas apresentadas, em tempo, pela própria IF para responder às diferenças entre países quanto à introdução de novas terapêuticas.

A APIFARMA espera que o processo legislativo que agora seguirá o seu curso no Parlamento Europeu e no Conselho Europeu possa introduzir as correcções necessárias para garantir que a Europa seja um território que promove e defende a inovação terapêutica.

Só assim se garantirá a continuidade de acesso à inovação, defendendo os interesses de todos os cidadãos e impulsionando o desenvolvimento económico.





EFPIA defende urgente união de esforços para corrigir disparidade no acesso a medicamentos inovadores na União Europeia



Continuam a existir importantes disparidades na Europa quanto ao tempo decorrido entre a disponibilização de novos medicamentos e o seu acesso pela população.

A EFPIA, Federação Europeia de Associações e Indústrias Farmacêuticas, publicou 29 de Abril o relatório [Patient WAIT Indicator 2022](#), que continua a retratar grandes disparidades entre 37 países quanto ao tempo decorrido entre a disponibilização de medicamentos inovadores e o seu acesso à população. O relatório utiliza o primeiro conjunto de dados retirados do [Portal Europeu de Acesso](#), iniciativa liderada pela Indústria Farmacêutica Europeia para aumentar a visibilidade das “causas profundas” que estão na origem dos atrasos no acesso a novos medicamentos.

Os dados já disponíveis no Portal Europeu de Acesso, indica a EFPIA, sugerem que “às empresas se devem apenas 25% dos atrasos” nos pedidos de aprovação de preços e de definição de valores de comparticipação aos Estados-Membros, com a maioria do tempo de espera a recair nos procedimentos de avaliação de cada país.

Face a estes resultados, e à ideia contida na proposta da Comissão Europeia de revisão da legislação farmacêutica de “penalizar as empresas através da remoção dos direitos de propriedade intelectual se um medicamento não estiver acessível em todos os Estados-Membros dois anos após a Autorização de Introdução no Mercado”, a EFPIA considera existirem “dados irrefutáveis” de “enfraquecimento dos incentivos à inovação e ao acesso, pois a vasta maioria dos atrasos está fora do controlo das empresas”.

Mais, a Associação Europeia defende ainda que “em vez de melhorar o acesso aos medicamentos em toda a Europa, a legislação aumentará a imprevisibilidade para as empresas e os investidores”. Incita assim, os seus Associados a unirem-se para alterar este quadro, pois “para concretizar progressos reais na igualdade de acesso aos medicamentos em toda a Europa, existe a

necessidade urgente de uma coligação de parceiros dispostos a co-criar soluções baseadas nas evidências”.

A Directora-Geral da EFPIA, Nathalie Moll, afirma: “Se queremos seriamente garantir a igualdade de acesso aos medicamentos e às vacinas para todos os europeus, precisamos de todos os parceiros à volta da mesa, para construir uma visão partilhada das questões, um compromisso conjunto para as resolver e tomar medidas no imediato”.

Acrescenta ainda que a proposta de legislação publicada não é apenas uma “má notícia para os doentes, mas é também prejudicial para as empresas que operam na Europa”. Nathalie Moll conclui, pois, que “retirar a responsabilidade pelos atrasos no acesso aos medicamentos às entidades que devem resolver o problema significa, simplesmente, que nos próximos anos continuaremos a ter as mesmas conversas sobre a desigualdade nos cuidados de saúde”.

Relativamente aos dados do Patient WAIT Indicator 2022, o documento continua a mostrar importantes disparidades no tempo decorrido em 37 países europeus entre a disponibilização de medicamentos inovadores e o seu acesso pela população. Em média, “na Alemanha um novo medicamento chega aos doentes em 128 dias; valor que compara com 918 dias na Bulgária e 1351 dias em Malta, com uma média europeia de 517 dias”. Portugal ocupa o 30.º lugar na tabela, com um tempo de espera de 702 dias.

Um valor que “caiu 2% face aos números do ano passado”, adianta a Federação Europeia, que informa ainda haver ainda uma “variação média de 80% no acesso”, persistindo as barreiras entre as várias regiões da Europa (Norte/Oeste/Sul/Leste).



EFPIA aponta necessidade de melhorias na proposta da Comissão Europeia de revisão da Legislação Farmacêutica



Para a Federação Europeia, os termos da proposta prejudicam a inovação na Europa.

A EFPIA, Federação Europeia de Associações e Indústrias Farmacêuticas, reagiu no dia 26 de Abril à proposta da Comissão Europeia para um novo pacote legislativo para a Indústria Farmacêutica. A associação europeia destaca elementos positivos da proposta e que são partilhados pela Indústria, mas considera que em outros pontos, tal como estão agora formulados, o impacto das políticas apresentadas enfraquece os incentivos à inovação.

Em reação à proposta da Comissão, Nathalie Moll, Directora-Geral da EFPIA, frisa que “desde a sua criação, a EFPIA e as empresas e associações que a integram têm apoiado os objectivos da Estratégia Farmacêutica da União Europeia”. Oferecer “acesso mais rápido e equitativo a medicamentos, evitar e mitigar a escassez, bem como garantir que a Europa possa ser um líder mundial na inovação médica são objectivos que partilhamos”, destaca. “Infelizmente, as propostas de hoje têm como efeito minar a investigação e o desenvolvimento na Europa, não abordando o acesso dos doentes aos medicamentos”.

Por sua vez, Hubertus von Baumbach, o Presidente da EFPIA, congratulou-se “com as medidas destinadas a preparar o quadro regulamentar europeu para o futuro e a estimular

a investigação de novos tratamentos para combater a resistência antimicrobiana”.

Teceu, também, críticas ao documento, pois apesar de esta revisão “se destinar a melhorar a competitividade da Europa, o impacto ‘líquido’ das políticas estabelecidas nestas propostas, na sua forma actual, põe em risco a competitividade europeia: globalmente, enfraquece a atractividade do investimento na inovação e prejudica a ciência, a investigação e o desenvolvimento europeus”.

Defende, assim, e para “concretizar verdadeiramente a ambição da UE de centrar as ciências da vida nos doentes” que “é vital que se proceda a uma verificação exaustiva da competitividade do impacto da proposta”.

Face a este cenário, a EFPIA manifesta-se empenhada em, nos próximos meses, “trabalhar com os deputados do Parlamento Europeu, o Conselho e outras partes interessadas para garantir que este novo pacote legislativo e o pacote de patentes satisfaçam as necessidades dos doentes, dos nossos sistemas de saúde, dos Estados-Membros e do sector europeu das ciências da vida”.

Tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da CIP

Eleições mais participadas de sempre dão “responsabilidade acrescida”, considerou o novo Presidente da Confederação Empresarial.

A CIP–Confederação Empresarial iniciou um novo ciclo, com o empossamento dos novos órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026. A APIFARMA, enquanto membro do Conselho Nacional Estratégico Nacional da Saúde da CIP, esteve representada nesta cerimónia, que decorreu no dia 12 de Abril, no Centro de Congressos de Lisboa, e contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que encerrou a Conferência “Cumprir Portugal – Dimensão, Inovação, Internacionalização”.

A lista única candidata foi eleita com 87% do universo eleitoral, sendo presidida por Armindo Monteiro, no Conselho Geral e Direcção da CIP. António Saraiva é o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Bruno Bobone preside ao Conselho Fiscal. São Vice-Presidentes da Direcção João Almeida Lopes, Rafael Campos Pereira, José Nogueira de Brito, Luís Miguel Ribeiro, Manuel Carlos, Pedro Duarte, Carlos Cardoso, Jorge Tomás Henriques e Oscar Gaspar.

“Estas foram as eleições mais participadas de sempre, o que nos dá uma responsabilidade acrescida e uma ambição renovada para a Confederação, para as empresas portuguesas e para o país”, proferiu Armindo Monteiro. “Estamos do lado da construção de soluções, com rumo, compromisso, sustentabilidade e eficácia. Porque somos a força da economia, que é a força de Portugal. Uma força apostada em contribuir para um país mais próspero, com mais crescimento económico e com menos desigualdades”, enfatizou. O novo Presidente da Confederação Empresarial assumiu também o compromisso de, dentro de 30 dias, a CIP apresentar ao Governo uma proposta de Pacto para o crescimento de Portugal, com medidas concretas. “Esse pacto, pela primeira vez, vai ser discutido apenas entre a Confederação e os sindicatos. Só depois será apresentado ao Governo”, destacou.





7.^a
EDIÇÃO

APIFARMA e Clube de Jornalistas anunciam vencedores da 7.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde

Prémio distingue anualmente os melhores trabalhos jornalísticos na área da Saúde.

A Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) e o Clube de Jornalistas reconheceram os melhores trabalhos jornalísticos a concurso na 7.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde.

As Jornalistas Margarida Metello e Paula Rebelo são distinguidas nas categorias Grande Prémio e Prémio Carreira APIFARMA/Clube de Jornalistas, respectivamente.

Premiados da 7.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde-2022:

- **Categoria Grande Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas:** Margarida Metello, pelo trabalho “Únicos e Singulares”, transmitido na RTP
- **Prémio Carreira APIFARMA/Clube de Jornalistas:** Paula Rebelo que se dedica há anos ao jornalismo televisivo em saúde, tendo dado um contributo ímpar a este género de informação. Tem concorrido regularmente a este concurso com trabalhos de mérito, como o deste ano, intitulado “Uma só Saúde”, uma abordagem integrada da saúde ligando ambiente, animais e homem.
- **Categoria Imprensa:** Clara Soares e Alexandra Correia, pelo trabalho “Foco-A Ciência da Concentração”, publicado na Revista Visão
- **Categoria Rádio:** Cláudia Godinho, pelo trabalho

“Redução de Danos: Entre a droga e a vida”, emitido na Antena 1

- **Categoria Televisão:** Mafalda Gameiro, pelo trabalho “Escuta-me, por favor”, transmitido na RTP
- **Categoria Jornalismo Digital:** Sofia Craveiro, pelo trabalho “Aborto seguro em Portugal: 15 anos de uma lei que tirou as mulheres do banco dos réus”, publicado no Gerador
- **Prémio Temático – Saúde Digital:** Paula Fernandes Teixeira, pelo trabalho “‘APP’ Auxilia jovens médicos na tomada de decisão e reúne protocolos dispersos”, divulgado pela Agência LUSA
- **Prémio Universitário Revelação:** Patrícia Silva e Catarina Magalhães, pelo trabalho “Violência obstétrica: Ninguém nos faz o parto, o parto somos nós que o fazemos”, Universidade do Minho

O “Prémio APIFARMA/ Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde” tem um valor total de 23.500 euros a distribuir pelas diferentes categorias e resulta de um protocolo assinado entre as duas entidades, em 2016, com os objectivos de aprofundar o papel da APIFARMA enquanto parceiro activo da Sociedade Civil e contribuir para a vitalidade do projecto Clube de Jornalistas.



Acreditar e confiar no Programa Nacional de Vacinação

À vacinação na idade adulta deve ser dado o mesmo destaque que à infantil.

O médico de família Nuno Jacinto e o pediatra Hugo Rodrigues protagonizaram o podcast “Pela Sua Saúde” da APIFARMA. Manter o voto de confiança no Programa Nacional de Vacinação (PNV) foi uma das mensagens evidenciadas.

“O meu conselho para o futuro é prolongar este presente porque estamos bem”, afirma Hugo Rodrigues. Nuno Jacinto, que preside à Associação de Medicina Geral e Familiar, completa a mensagem acrescentando que, quanto ao futuro da vacinação em Portugal, é necessário “manter a confiança, continuar a acreditar na eficácia das vacinas e dos seus efeitos”.

Durante a conversa foram comentados alguns dos resultados do estudo “Percepção do Valor das Vacinas”. Uma das conclusões deste estudo, que foi promovido pela APIFARMA, mostra que a taxa de vacinação diminui ao longo da idade. A vacinação na infância é encarada como natural e parte integrante do “processo de crescimento e dos cuidados que prestamos às nossas crianças, sobretudo às mais pequenas”, explica Nuno Jacinto, evidenciando que o mesmo deve ser feito na idade

adulta. Dá o exemplo da vacina da gripe, onde importa “estimular a vacinação e promovê-la até entre os profissionais de saúde”, grupo profissional em “a taxa de vacinação poderia ser superior”.

Quanto ao facto de o estudo revelar que, apesar do custo das vacinas poder ser uma barreira, mais de 70% dos pais de crianças e adolescentes com menos de 18 anos inquiridos estão dispostos a pagar por vacinas extra PNV, o pediatra Hugo Rodrigues confirma que a “receptividade [dos pais] na maior parte das vezes é muito boa” e que “mesmo com o investimento económico, que pode ser significativo para muitos agregados familiares, conseguimos manter boas taxas de vacinação”.

Enquanto médico, o pediatra afirma que “gostaria que essas vacinas fossem distribuídas de forma universal”, mas defende que para a sua inclusão no PNV “a análise de custos tem de ser gerida com base não no benefício individual, mas no benefício populacional” e, depois, tendo em conta “a relação entre custo e benefício”.



Nuno Jacinto
Presidente da Associação
de Medicina Geral e Familiar



Hugo Rodrigues
Pediatra



“Indústria Farmacêutica tem um papel muito relevante na formação e investigação”

O convidado da entrevista APIFARMA de Abril é o novo Bastonário da Ordem dos Médicos. Carlos Cortes qualifica a Indústria Farmacêutica como “absolutamente fundamental” na “resposta em saúde do nosso país”, com um trabalho que vai além da produção de medicamentos.

O novo Bastonário também destaca o papel “muito relevante” da Indústria ao “fomentar a formação e a investigação até dentro do próprio Serviço Nacional de Saúde (SNS)” e declara que gostaria que “a colaboração fosse ainda maior, porque a formação e a investigação em Portugal também são pilares dos cuidados de saúde”.

Questionado sobre a aposta do país em ensaios clínicos, Carlos Cortes afirma não ter quaisquer dúvidas de que a investigação e os ensaios clínicos têm sido colocados em segundo plano. Defende, assim, que Portugal tem de “ter capacidade para atrair essa inovação em várias áreas da saúde e em investigação, nomeadamente nos ensaios clínicos”. No seu entender este é, aliás, um dos vários factores

que têm tornado o SNS menos atractivo para os médicos e que é necessário recuperar, a par da melhoria das condições de trabalho ou da “dignificação da profissão médica”.

O “Ministério da Saúde tem gerido a saúde de costas voltadas para os profissionais de saúde”, considera o Bastonário da Ordem dos Médicos, confessando “alguma desilusão” com o Ministro da Saúde e o Presidente do SNS, nestes seus seis meses de mandato, por ainda não se perspectivar “o arranque da reforma de fundo” para o SNS. Pela sua parte, Carlos Cortes assume-se “exigente permanentemente” e compromete-se em ser um “Bastonário que apresenta soluções para o país”.



SPMS: uma parceira no sucesso da vacinação em Portugal

Desde 2017 responsável pela compra de vacinas, a SPMS criou o Portal do Agendamento para a vacinação contra a COVID-19.

No que toca à vacinação, a SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde tem um duplo papel, ambos igualmente importantes: enquanto central de compras públicas, garantindo poupança e qualidade, e quanto aos sistemas de informação, melhorando o acesso ao processo de vacinação dos utentes e simplificando as tarefas dos profissionais de saúde.

No que diz respeito às compras, tem vindo a realizar compras centralizadas de vacinas desde 2017, de acordo com os critérios definidos pela Direcção-Geral da Saúde, tornando o processo de aquisição muito mais célere e com ganhos substanciais. A compra centralizada é estratégica para a aquisição pública, quer para a redução de custos, quer para a qualidade do serviço prestado, salvaguardando as necessidades das instituições e as boas práticas farmacológicas da terapêutica dos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Quanto aos sistemas de informação, a SPMS foi uma das entidades responsáveis pelo processo de vacinação COVID-19 e gripe, nomeadamente através da criação de soluções como o Portal do Agendamento, fundamental para o sucesso da campanha em Portugal e do envio de SMS de mensagens recordatórias. Um total de mais de 27 milhões de vacinas contra a COVID-19 foram ministradas em Portugal, e quase 5,2 milhões contra a gripe, desde o fim de 2020. Para tal, muito contribuíram as mais de 27,5 milhões de mensagens de convocatória e as cerca de 19 milhões de mensagens recordatórias enviadas pela SPMS.



Sandra Cavaca

Presidente da SPMS

Foi com a vacinação contra a COVID-19 que o envio de mensagens por SMS provou ser o método mais simples e universal de comunicar com o utente a data, hora e local de um agendamento.

Esse processo foi replicado e adaptado para dar uma resposta semelhante à notificação de convocatórias para consultas nos Cuidados de Saúde Primários. O principal objectivo da medida foi o de diminuir a taxa de faltas às consultas, também de enfermagem, onde é feita a vacinação de crianças e de adultos. Já foram enviadas mais de 2,7 milhões de SMS neste novo serviço.

A SPMS orgulha-se, pois, pelo seu trabalho no sucesso da vacinação em Portugal e está empenhada a continuar a contribuir para esses bons resultados.



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



Legislação Abril 2023

Prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde

Portaria n.º 97/2023, de 31 de Março, procede à quinta alteração à Portaria n.º 224/2015, de 27 de Julho, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes, e à primeira alteração à Portaria n.º 126/2018, de 8 de Maio, que define as regras de prescrição, registo e disponibilização de resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e regula a facturação dos respectivos prestadores ao Serviço Nacional de Saúde.

Agenda do trabalho digno

Lei n.º 13/2023, de 3 de Abril, altera o Código do Trabalho e legislação conexa, no âmbito da agenda do trabalho digno.

Legislação comunitária:

Dispositivos médicos e dispositivos médicos para diagnóstico in vitro

Regulamento (UE) 2023/607 que altera os Regulamentos (UE) 2017/745 (RDM) e (UE) 2017/746 (RDIV) no que diz respeito às disposições transitórias aplicáveis a determinados dispositivos médicos e dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro*.



PHARMA EM NÚMEROS

A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (ABRIL) 2023

DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

■ DÍVIDA TOTAL
■ DÍVIDA VENCIDA
 PMR (dias)

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES

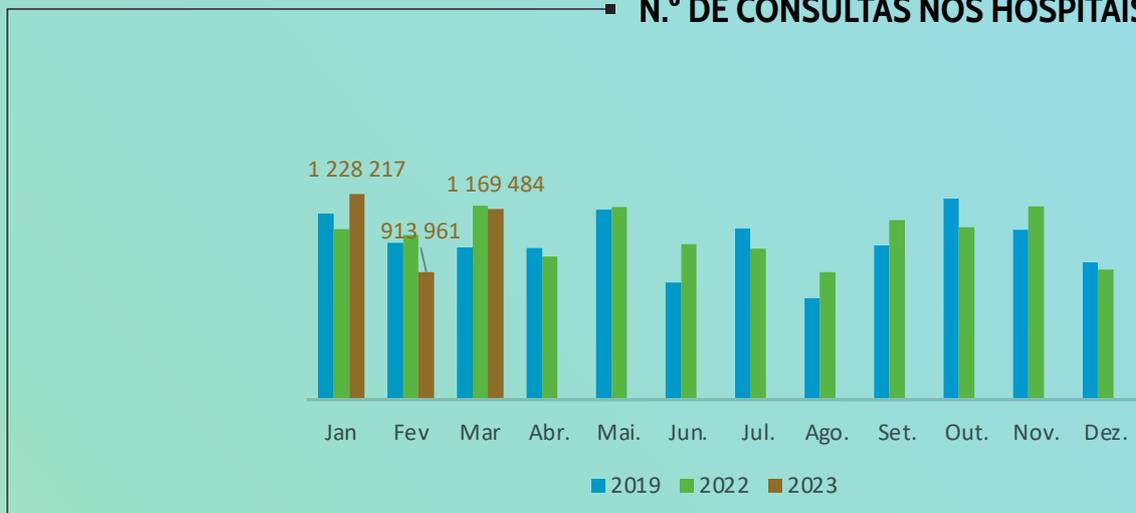


| Portal da Transparência do SNS

■ DCIs (novas moléculas)
■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)

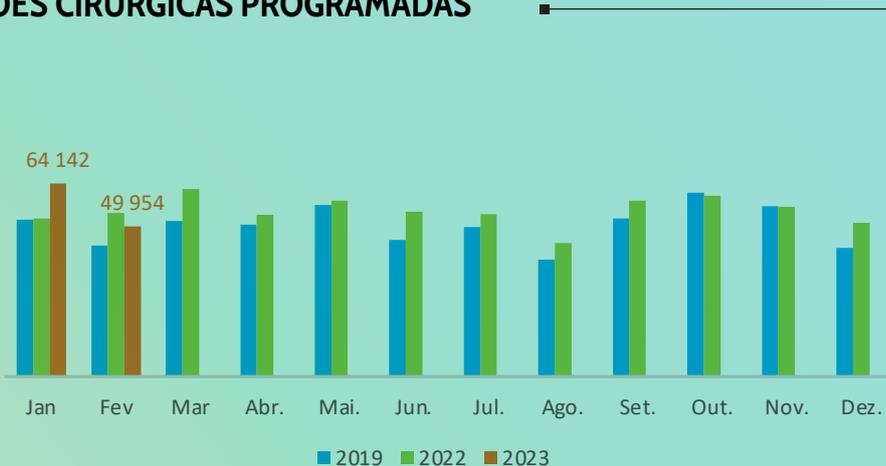
B ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

▪ N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



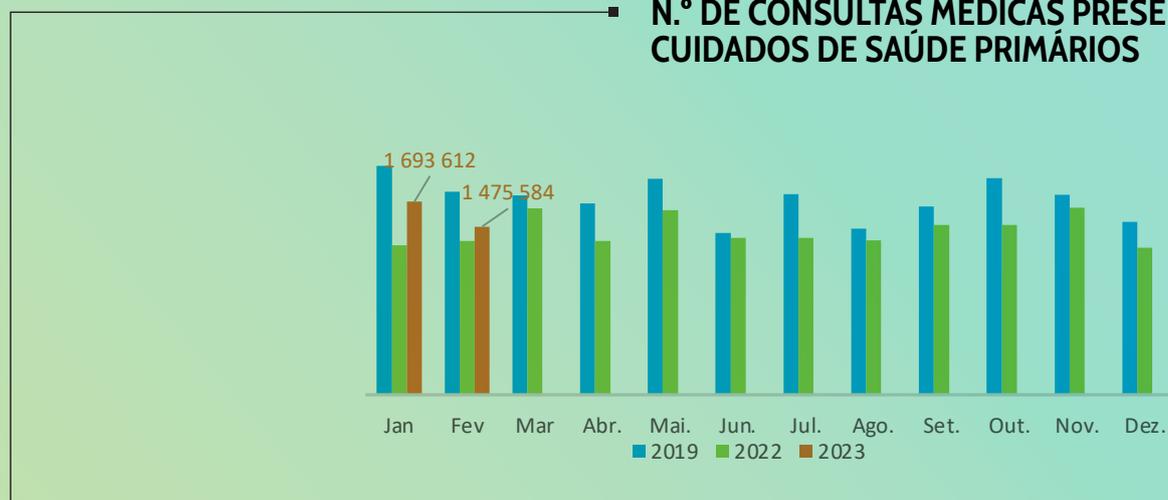
| Portal da Transparência do SNS

▪ N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS



| Portal da Transparência do SNS

▪ N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



| Portal da Transparência do SNS

e·pharma

Newsletter Abril 2023